



**ATA Nº.9/2012**  
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2012**

Aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha, Rosa Maria Basílio, Véstia e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

**-----PONTO 1. ORDEM DO DIA-----**

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a ordem do dia que foi a seguinte:-----

**Ponto 1.1** – Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstrações de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais-----

**Ponto 1.2** – Proposta da 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal)-----

**Ponto 1.3** – Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Construção da ETAR de Rio de Moinhos-----

-----  
-----



## **PONTO 1.1 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO E INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS--**

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado os documentos de prestação de contas e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Verificou-se que os documentos em apreciação acusam nas "Operações Orçamentais" as **Receitas de 8.182.916,21€** e as **Despesas de 7.560.865,58€**. Em "Operações de Tesouraria", registou-se uma **ENTRADA DE FUNDOS** no montante de **555.258,41€** e uma **SAÍDA DE FUNDOS** no montante de **556.994,18€** e um **SALDO FINAL** de **230.792.54€**. A **Demonstração de Resultados** apresenta um Resultado Líquido do Exercício de **(304.936,13€)** e o **Balanço** apresenta no Activo/Capital Próprio + Passivo o valor de **43.590.808,03€**.-----

Antes de colocar os documentos à votação o Senhor Presidente começou por fazer uma breve apresentação dos mesmos. "Referiu que a crise económica e financeira também se reflete no trabalho da autarquia, e se juntarmos a isto aquilo que este governo tem feito ao Poder Local (aliás já tinha começado com o outro Governo) os maiores atropelos e o maior atentado à democracia, ou terá que haver entendimentos, o que não é fácil, ou não sabemos onde isto pode ir parar. Mas mesmo assim, procurámos fazer o que foi possível, sempre sujeitos, além dos atropelos do Governo, àquilo que a Troika nos impõe. Entende que os Municípios são daqueles que estão a sofrer grandes



imposições resultantes da Troika, mas no fundo são eles que menos responsabilidades têm na crise que está instalada e nos défices, etc,. Temos procurado dar continuidade ao trabalho, ao nível da modernização, da inovação, da competitividade e tentar diminuir os encargos, quer os presentes, quer os futuros, independentemente de sabermos dos ataques que têm sido feitos aos Municípios, relativamente à questão da dívida pública, o que não corresponde minimamente à verdade.-----

**Em relação ao relatório de Gestão de Contas** demonstram, no fundo, o trabalho e empenho que temos tido e algum dinamismo. Embora com as limitações que todos sabemos, o ano de 2011, em termos de atuação política do Município, continua com a tentativa de persecução, talvez a estratégia central, tal como Borba um concelho competitivo, coeso, sustentável, inovador, que pretende ser uma referência no Alentejo, e que assenta nas linhas estratégicas que temos vindo a falar há alguns anos. Muita coisa poderia ter sido feita, no entanto, fizemos aquilo que foi possível fazer. Estamos conscientes que há ainda um longo caminho para percorrer, há muitas coisas para fazer, tendo em vista que os objetivos do concelho sejam cumpridos, mas temos uma forte terminação em continuar o rumo traçado, porque continuamos a acreditar em Borba, tendo em vista a promoção do futuro. Acredita que é possível continuar a trabalhar, apesar das dificuldades que temos e apesar daquilo que nos impõem.-----

**Relativamente à organização contabilística**, pensa que as coisas estão feitas dentro da normalidade. No que se refere às receitas e despesas, em termos de receitas o município angariou cerca de 7 milhões novecentos e tal mil euros, de receitas totais, sendo distribuídas 74% pelas receitas correntes e 24% pelas receitas de capital. No que se refere às despesas, o montante foi de 7 milhões e quinhentos mil euros, sendo distribuídas 74,8% em despesas correntes e 25% em despesas de capital. Quanto às despesas a execução orçamental cifrou-se nos 57,9%, sendo o valor de 8 milhões de euros correspondendo aos 14 inicialmente previstos. No que respeita às despesas totais temos uma execução da ordem dos 53,5%. Contrariamente áquilo que foi dito, o ano



passado, que as receitas e as despesas nunca mais chegariam aos 50%, este ano, em termos de execução orçamental voltámos a ter superior aos 50%.-----

**Em relação à síntese da atividade desenvolvida**, pensa que se poderia ter feito muito mais do que aquilo que se fez, se não tivesse havido os cortes e a mudança de regra a meio do “jogo”, durante o ano de 2011, e que se verifica todos os dias – “o que hoje é verdade, amanhã é mentira”. No entanto, com as nossas linhas estratégicas de desenvolvimento, que são aquelas que vêm na sequência do Plano que traçamos, no início do ano, e que foi aprovado.-----

**No que se refere à 1ª linha estratégica “Projetar o Desenvolvimento do Concelho”**, frisou as ações que mais sobressaíram, neste caso, a “Modernização Administrativa” a grande mudança que houve, e em termos de Simplex Autárquico fomos distinguidos com a medalha de ouro, relativamente áquilo que nos tínhamos proposto. Situações idênticas se passaram, como foi o caso da cooperação com as Juntas de freguesia, embora houvesse algumas reduções, mas isso tem que ver com a aceitação, ou não, de determinadas competências. No que se refere á valorização e á cooperação, temos que reconhecer que o “URBAL” tem sido um programa que tem promovido Borba numa parte da América Latina, e tem sido benéfico também para os nossos resultados.-----

**Quanto à 2ª linha estratégica “Afirmação do concelho como um Concelho de Excelência”**, outra linha estratégica que tínhamos previsto, havia determinado tipo de ações que estavam previstas avançar. Não avançaram muitas delas por razões que nos são alheias. Mas dentro desta linha estratégica, a consolidação da política de ação social, continuámos a trabalhar ao nível do apoio financeiro: Os estudantes, os transportes escolares, as cantinas, tudo aquilo que nos diz respeito e que temos tido algum cuidado em tratar esta linha estratégica. O mesmo se passa relativamente ás atividades de enriquecimento curricular, que tem sido importante, quer para nós, para os pais, para as crianças que beneficiam dessas atividades.-----

**No que se refere à 3 linha estratégica “ Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável”** há aqui algumas ações que estavam previstas e



acabam por não se concretizar, algumas porque não quisemos contribuir para aumentar a despesa. Contudo há uma delas que lhe parece importante e tem que ver com a Rede de Equipamentos Culturais – o Programa “TEIAS” que tem trazido a Borba ações de formação, espetáculos, que de outra forma nunca cá chegariam. Por isso parece-lhe extremamente importante terem integrado esta Rede de animação de espaços que existem nos concelhos e que os pretendem dinamizar. Ainda no que se refere à área do desporto, temos feito alguns melhoramentos no Parque Urbano de Borba. Achamos que mais se poderia fazer, e existe espaço para isso, mas estrangimentos orçamentais não nos têm permitido, e sem haver eventualmente apoios de fundos comunitários, não pretendemos avançar no sentido de criar mais despesas sem haver qualquer retoma. No que se refere ao meio ambiente temos continuado a fazer alguns trabalhos. Não conseguimos avançar com o Arranjo do Jardim Temático de Rio de Moinhos. No entanto, pode ser que nesta fase final com os fundos comunitários haja possibilidade de avançar – vamos fazer esforços nesse sentido. Ainda nesta linha estratégica, no que se refere á política de promoção da saúde a nível local, há que referir o trabalho feito com o Centro de Saúde, nomeadamente com as extensões de saúde e com a Unidade Móvel que têm desempenhado um importante trabalho junto das comunidades e junto das pessoas que, por vezes, tinham dificuldades em se deslocar, e somos nós que levamos esses cuidados á população. No que se refere aos Instrumentos de Planeamento, temos continuado a trabalhar com a “Prata da Casa”.

Quanto à 4ª linha estratégica “Desenvolver a Coesão e Justiça Social” tem havido algum aumento do número de pessoas relativamente ao benefício do Cartão do Idoso. No que se refere à “Promoção do Bem Estar” temos feito alguns passeios, em parceria com a ADMC, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que têm permitido algumas ações em parceria com os mais jovens e os menos jovens, e também algumas ações no que se refere à Ação Social Escolar (material didático para os alunos e professores trabalharem no âmbito das AEC's).



Relativamente à 5ª Linha Estratégica “Potenciar o Turismo, a Competitividade, a Inovação e o Empreendedorismo”, destaca-se aqui as Noites de Verão; a Festa da Vinha que tem continuado; o PROVERE da Zona dos Mármore. No que se refere à Valorização do Património Histórico e Cultural, temos desenvolvido todos os esforços no âmbito do “Corredor Azul” mas depois há sempre o entrave da CCDRA. O mesmo se passa com a Iluminação Cénica dos Paços do Concelho e da Fonte das Bicas. No que se refere à Dinamização de Equipamentos, já houve mais alguma dinamização embora, em nossa opinião, fique aquém daquilo que era previsível, nomeadamente, o que se refere à dinamização do Pavilhão de Eventos. As decisões que foram tomadas em relação a novos equipamentos e que acabaram por ficar, de certa forma, em “banho maria”, nomeadamente, o Centro de Acolhimento a Micro Empresas, o projeto custava um valor e, de repente, passou a custar mais, e consideramos que isso trazia mais encargos para o Município, bem como a questão do Polo Industrial de Santiago de Rio de Moinhos, que temos continuado a trabalhar, mas Santiago Rio de Moinhos tem um prolema complicado na aquisição de terrenos, porque o valores são sempre muito elevados. Pode ser que, com a crise, haja mais facilidade em negociação.-----

**No que se refere à contabilidade e execução orçamental, em termos de PPI**, os quadros não refletem muito aquilo que se passa na realidade. É preciso ter em atenção que o mapa tem apenas em consideração as despesas pagas, e não a execução física em termos de PPI. Em PPI temos uma execução apenas de 16,6%, já no que se refere às Grandes Opções do Plano o valor passou para 29%, ou seja, subiu relativamente ao ano anterior. Se fizermos uma análise desde 2007 até 2011, verificamos que o ano mais baixo foi 2007 com 16,6%, o mais elevado foi 2008 com 42%, 2009 com 37%, 2010 com 27% e 2011 com 29%.-----

**Relativamente às políticas contabilísticas**, tudo foi feito dentro da normalidade, com rigor, com transparência. Com o devido respeito pelos outros municípios, somos daqueles que temos tudo limpo da forma como está a ser tratada esta matéria. Se analisarmos ao pormenor, verifica-se que o tal rigor, a tentativa de



cortar, de rentabilizar, de procurar estancar o endividamento, indo inclusivamente buscar coisas que andavam por tratar, e algumas delas que nos são impostas, como é o caso daquilo que temos reclamado, ou seja, a reposição de cerca de 50 mil euros da Festa da Vinha e do Vinho/2000. Como é também o caso das dívidas antigas da ADSE, e falamos de cerca de 500 mil euros que andavam atrasados. A análise de todos os mapas são a prova inequívoca de que temos procurado reduzir o máximo possível. Uma grande redução foi em termos de pessoal contratado, não havendo renovação de contratos. Este é um prolema que temos, ou seja, ter infraestruturas significa que as temos que manter, mas para as manter tem que haver pessoas. Isto vai fazer que tenhamos alguns constrangimentos a nível de pessoal. Estamos a fazer levantamentos para ver o que é necessário fazer, procurando sempre rentabilizar ao máximo os serviços. Se fizermos a análise dos indicadores de gestão comparando com os anos anteriores, verificamos que este ano está muito melhor, ou seja, temos um resultado Líquido do Exercício positivo de 304.936,13 €. Se forem analisados todos os gráficos verifica-se a evolução que tem havido. É preciso algum cuidado com o indicador relativo à autonomia financeira, e é preciso ver que há aqui um forte impacto dos Projetos URBAL que tem alguns reflexos nestes resultados. No que se refere aos prazos médios de pagamento temos o problema, que todos sabemos, embora as dívidas que aqui constam não são dívidas a fornecedores mas sim dívidas a Bancos. Os dados são estes, que não correspondem aquilo que se passa, porque tem que ver com a questão dos factoring's. Pensamos que, neste momento, há negociações da ANMP no sentido de tentar transformar essas dívidas de curto prazo para médio e longo prazo. No que se refere aos empréstimos, estamos dentro dos limites todos, e no que se refere à redução da despesa baixamos cerca de 1 milhão e tal de dívida. Considera que este ano com taxas de execução de 50 e tal por cento, redução de empréstimos e indicadores desta natureza, só prova que aquilo que temos vindo a dizer está a ser cumprido.-----  
**Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra** dizendo que houve sempre com muita atenção o senhor Presidente, mas têm pontos de vista diferentes



sobre aquilo que é a “Excelência” e sobre os resultados apresentados nestes documentos. Referiu que poderia estar melhor preparado para esta discussão se o relatório da Roc também tivesse sido distribuído atempadamente porque permitiria tirar outras conclusões. No entanto, só hoje foi distribuído na reunião o que lhe permitiu dar uma vista de olhos muito superficial, e prejudicou a sua apreciação. Recomendou que se falasse com a Roc para que em situações futuras o relatório chegue atempadamente ao conhecimento do órgão autárquico.-----

Referiu ainda que, ao contrário do que o Senhor Presidente disse, esta conta espelha bem aquilo que vinham sendo as preocupações manifestadas ao longo dos anos, em que depois de um pico de atividade se iria passar por uma gestão meramente corrente, porque não há capacidade de fazer novos investimentos nem em alguns casos rentabilizar os já existentes. Isto porque a situação financeira é efetivamente muito grave e a precisar de muitos cuidados. Apesar de haver algumas melhorias, elas devem-se ao não investimento, à redução desse investimento e á não execução de novos projetos, ou seja, para que estas contas tenham melhorado, em termos de endividamento anual, 290 mil euros (que foi o que a dívida reduziu neste ano) quem hoje olhar para a atividade da Câmara vê que está moribunda, ou seja, não se faz praticamente nada, e aquilo que se faz é uma gestão meramente corrente. Aquilo que se faz hoje é tentar pagar coisas que se devem há anos atrás. Isso é espelhado naquilo que são as despesas de investimento. Tirando o Passivo que são novecentos e noventa mil euros que foram pagos à Banca, tirando quatrocentos e tal mil euros para transferências de capital para os projetos URBAL, o que sobra são quinhentos mil euros de despesas de capital, que serviram para ir pagando dívidas de anos anteriores.-----

Quando o Senhor Presidente diz que o PPI não reflete, efetivamente, aquilo que está feito, isso aplicava-se quando a Câmara estava a investir e a desenvolver projetos. Hoje funciona ao contrário, ou seja, o PPI apresenta resultados que não correspondem áquilo que foi a execução porque já estavam executados, limita-se a pagar coisas que já vinham de trás. Esta



situação, a que assistimos hoje, é mesmo uma falta de dinâmica porque não há recursos financeiros. Independentemente das desculpas, dos atrasos, das alterações, dos projetos, a Câmara Municipal terá sempre grandes dificuldades em poder desenvolver novos projetos a não ser que, ao contrário, daquilo que são as imposições, em vez de reduzir o seu endividamento o aumente. Mas isso é contrariar tudo aquilo que está estipulado em lei, tudo aquilo que está definido. O endividamento a Câmara já o fez anteriormente, agora terá que se sujeitar e ir reduzindo esse investimento. Aquilo que sempre disse foi que tinham sido feitos investimentos mal acautelados, do ponto de vista da sustentabilidade, tinha havido falta de prudência na análise de alguns projetos e dos seus financiamentos e que isso iria levar à criação de uma “Bola de Neve” que é aquilo que aí temos hoje e, que por muito esforço na contenção, segundo diz o Senhor Presidente, passado mais um ano aquilo que reduzimos em termos do endividamento líquido, são cerca de 290 mil euros, mas com uma agravante, porque aquilo que diminuiu mais é a dívida de médio e longo prazo, pois a dívida de curto prazo continua a aumentar, e aumentou mais 400 mil euros. O prazo médio de pagamento também continua a aumentar, este último ano, aumentou mais de 100 dias.----- Quando o Senhor Presidente diz que esta não é uma dívida a fornecedores, mas sim uma dívida à Banca, ele discorda e considera-a uma dívida de curto prazo e, sendo uma dívida de curto prazo, está vencida, e estando no Banco está todos os dias a render juros ao Banco, que já vão em cerca de 200 e tal mil euros todos os anos para fazer face a esta dívida corrente. Para fazer face à de médio e longo prazo foram cerca de 700 mil euros, ou seja, entre as duas dívidas foram cerca de 900 mil euros, quase um milhão de euros de encargos e amortizações à Banca. Foi isso que fez as despesas de capital: pagar à Banca amortizações e juros, e foi pagar transferências para o Projeto URBAL de cerca 400 mil euros, o que residiu em termos do investimento da Câmara de Borba, em Borba, foram apenas 500 mil euros e não em projetos novos mas para pagar projetos vindos de trás. Quando o Senhor Presidente fala numa execução orçamental de 50%, é evidente que com orçamentos que já



rondaram os 22 milhões, conseguir 50%, aquilo que lhe quis dizer foi que dificilmente se ultrapassarão os 50%. Isto quer dizer que quando se tem de dívida, de curto prazo, um montante igual àquilo que é a nossa receita total, temos que ter sempre o orçamento empolado em 100%. Isto é, se temos uma receita total de 7 milhões de euros, mas se já devemos esses 7 milhões de euros, quando os cabimentamos gastamos o dinheiro todo que temos no orçamento, e então temos que o duplicar para poder face às despesas desse ano. É por isso que digo que dificilmente se atingirão taxas de 70%, 80% ou 90%, que seriam as taxas plausíveis e que deveriam ser atingidas nestas situações, estas sim seriam boas taxas de execução. As que nós atingimos dificilmente passaremos delas enquanto não forem tomadas medidas para resolver esta situação do endividamento de curto prazo.-----

Comungo com a questão quando o Senhor Presidente diz que há dificuldades que estão a ser impostas pelo atual Governo e que já o anterior começou a criar algumas. Não concordo é que o Senhor Presidente nunca assuma que também há aqui responsabilidades do Município e responsabilidades de má gestão. Por isso pergunta: então onde está a crise, se a receita da Câmara Municipal até aumentou em relação ao ano de 2010? Então as dificuldades não são por falta da receita (ela está a subir) são sim porque a Câmara gastou mais do que aquilo que podia em relação a anos anteriores, sem ter sustentabilidade para isso. Gastou mais porque aquilo que não foi participado (e aqui é que digo que houve falta de prudência) não foi acautelado em termos de contratualização de dívida, e hoje estamos com ela como curto prazo. É isso que desequilibra as finanças da Câmara, cria dificuldades de tesouraria e lançou a Câmara nesta situação financeira que tem.-----

Outra coisa que lhe custa entender é quando o Senhor Presidente diz que está a ser feita uma grande contenção, mas depois a receita corrente cresce, mas a despesa corrente também cresce, ou seja, de que lado está a ser feita esta contenção. É só do lado do investimento? Esta está a ser imposta porque não



temos meios para investir, mas naquilo que é o corrente não estamos a conseguir.-----

Relativamente à dívida total em 2011 diminuí apenas 290 mil euros, o que me parece bastante pouco, face às necessidades que temos de equilibrar as finanças. Isto num ano em que não houve investimentos, não houve obras novas, não se lançou nada. Preocupa-me sim o próximo ano com o lançamento da obra da Escola B2,3, e com mais algumas coisas, não sabendo como isto vai disparar”.-----

**Usou da palavra o Senhor Presidente reafirmando que o esforço que tem sido feito é muito grande.** “Disse que não está de acordo, com o vereador Joaquim Serra, em muitas coisas, e uma delas é quando o vereador aponta a má gestão. Pois o Senhor vereador já esteve na Câmara e sabe perfeitamente que há determinadas fases que se podem fazer candidaturas, e se não se aproveita essa fase, nunca mais se fazem. O que não é correto é quando as regras mudam a meio do “jogo” e quando temos determinado tipo de apoios que nos são concedidos para realizar obras e, que depois há outras despesas que surgem, como por exemplo o caso das despesas da revisão de preços. Quando se devolve dinheiro porque a revisão de preços não são consideradas. Quando se melhora determinado tipo de percentagens para alguns equipamentos em alguns concelhos e noutros não. Isto faz-me lembrar o que o vereador Serra dizia há anos atrás “que o partido socialista não deixava que a CDU realizasse as obras”. Então agora o que vamos dizer? pois grande parte destes problemas surgiram quando o Partido Socialista estava no Governo. O que há aqui, é aquilo que venho dizendo há muito tempo, que dentro daquela “casa” criam-se dificuldades para gerar facilidades a alguns. O senhor vereador Joaquim Serra sabe também, como eu, que há determinado tipo de Câmaras que têm um tratamento e outras têm outro. Aqueles que cortaram despesas ao Município de Borba, há dez anos atrás, continuam a ser os mesmos que continuam a arranjar os mais variados tipos de entraves.-----

Quando o vereador Joaquim Serra diz que as verbas não participadas não foram acauteladas, esta é a análise que o vereador faz. Mas percebendo o que



esteve por detrás de tudo isto, temos que reconhecer que há determinado tipo de acordos e depois esses acordos são esquecidos. Como foi o caso do Pavilhão de Eventos, que foi um dos investimentos que nos trouxe, e ainda trás, mais problemas. Com o Pavilhão de Eventos foi feito Contrato-Programa, nomeadamente, às verbas a atribuir, e depois foi “dito o dito por não dito”. Reportando-me aquela época tínhamos direito a verbas excecionadas, na ordem dos 2 milhões de euros, e depois os Senhores do Governo, na altura, do Partido Socialista vieram dizer que só tínhamos direito a 1 milhão e, se assim fosse, estas dívidas não eram tão elevadas. Por isso não se pode dizer que “o que não foi participado não foi acautelado”, nada disso. O que houve foi acordos que foram feitos e mais tarde vem dizer que não há dinheiro. Em relação aos investimentos, todas as Câmaras deste país são tentadas e pressionadas pelos sucessivos Governos para gastarem dinheiros provenientes dos fundos comunitários. Neste momento a maior parte delas estão em retração, daí as baixas taxas de execução do QREN e a maior parte delas estão cansadas, por serem as que mais tem contribuído para as execuções dos quadros comunitários e depois são acusadas de despesistas. Considera que acordos de verbas a atribuir para determinados tipos de investimentos têm que ser cumpridos, quando a regra o interromper não há nada a fazer.-----

Relativamente à questão do prazo de pagamento dos 846 dias, só tem a ver com o factoring. Contudo, segundo a ANMP, as dívidas de curto prazo vão ser transformadas em médio e longo prazo. Se isso acontecer esperemos que isto venha resolver, definitivamente, estas dívidas de curto prazo, e aí teremos outra maneira de programar as nossas atividades. Esperemos que as coisas venham a melhorar.-----

Contudo há determinado tipo de investimentos que foram feitos e que vão gerar despesas, mas da nossa parte tem havido um esforço muito grande, em termos de contenção, e continuamos a fazer – agora vamos ver qual é o fruto que isso vai dar.-----



Já esperava que o vereador Joaquim Serra não nos viesse dar nenhum louvor, mas não tenha dúvidas que estes indicadores não têm nada a ver com os indicadores que vinham ocorrendo no Município. Estamos aqui a falar de política e é normal que o vereador da oposição tenda esta postura, mas já reconhece que há melhorias significativas, o que é bom, e é sinal que temos estado a trabalhar bem.”-----

**Usou da palavra o Senhor vereador Humberto Ratado referindo** “que a opção desta maioria é diferente da do vereador Serra. Contudo gostaria de salientar que esta equipa já leva os destinos deste Município desde 2002 e, quando nos propusemos a tal foi com ambição para resolver muitos dos problemas que estavam a ser uma realidade no Município. Não querendo voltar atrás nesta matéria, mas quando se chega e se tem uma dívida na ordem dos seis milhões e meio, já complicada na altura. Quando depois se vem com espírito e com objetivos ambiciosos, em avançar com investimentos, em várias áreas, e acompanhar com quadros comunitários, já muito complicados, como o QCAIII que teve todos os problemas a nível de taxas de participação muito mais reduzidas, e ainda com todos os atropelos que o Senhor Presidente acabou de referir. Temos, na altura, um pressuposto que depois é alterado unilateralmente quebrando acordos anteriormente existentes, e dificultando muito mais quem se compromete e quem realiza todos esses investimentos.

Esta maioria tinha plena consciência que quando avançaram com todos estes investimentos, outros anos de menor dinamismo iriam acontecer. É evidente que todos os investimentos que foram conseguidos a pensar em melhorar as condições de vida de toda a população, mais idosa, ou menos idosa, muitos deles foram direcionados para todas essas necessidades e, como disse o Senhor Presidente, trazem o seu dinamismo e as suas manutenções, trazendo assim despesa corrente acrescida, que até então não era possível ter essa despesa, uma vez que não existia esse tipo de investimentos nem esse tipo de respostas que existem hoje.”-----

Quando o vereador Serra se refere à “má gestão”, pergunto qual é organização ou a entidade que não tenha cometido alguns erros? Contudo não estamos



aqui a dissociar de alguns erros que, com culpa direta, ou sem culpa direta, tenhamos que assumir. Assumimos, naturalmente, mas duvido que haja alguma gestão que não tenha cometido alguns erros. Ainda assim, os benefícios para aquilo que nos propusemos, de uma visão política, para com as nossas populações estão sempre na nossa “mira” e, sempre quando é possível, tentamos sempre trazer o melhor e o possível que esteja ao nosso alcance, mesmo que encurte mais os nossos meios, no sentido de beneficiar as nossas populações. Lembro aqui a “Loja do Cidadão”, as várias respostas em termos de educação e por aí fora... Penso que, em termos daquilo que é uma decisão política, em termos daquilo que nos propusemos e continuamos a propor, continuamos a ser ambiciosos, continuamos a trabalhar, e vejo em toda a equipa que existe uma predisposição como se fosse quase o primeiro dia quando aqui entrámos. Continuamos a ter muita determinação, muita vontade de trabalhar, inclusivamente resolvendo os problemas que nos aparecem constantemente, sempre a pensar no bem estar das nossas populações. É evidente que existem opiniões diferentes, pois sem isso não haveria democracia, aceitamos todas essas opiniões, mas deixem-nos argumentar aquilo que é uma realidade e aquilo que pretendemos trabalhar.

Ainda quando o vereador Serra refere que a dinamização desta Câmara está “moribunda”, penso ser um pouco injusta a forma como aplicou este termo, mas cada um diz como entende, pois não se trata disso, trata-se efetivamente da dinamização que é possível fazer. Ainda assim, sabemos que estamos numa situação muito complicada, agravada por políticas centrais, que nos vai deixando com poucas opções, mas a mira de podermos melhorar a vida de toda a população, seja ela qual for, está sempre no nosso objetivo”.-----

**Usou ainda da palavra o vereador Joaquim Serra** dizendo ao vereador Humberto que não fique melindrado com alguns termos que ele utiliza, porque não se trata de nenhum ataque pessoal, trata-se de uma questão política, e são apenas apreciações políticas. Já ouvi coisas piores... Aquilo que disse é verdade, temos que saber respeitar as opiniões uns dos outros, e é importante que cada um manifeste a sua opinião.-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, a sua **aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. **Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva e apresentou a seguinte declaração de voto:** “Os documentos de prestação de contas do ano de 2011 demonstram bem a situação financeira complicada em que o Município se encontra.-----

A falta de uma estratégia de desenvolvimento coerente e consistente para o concelho, aliada a uma gestão pouco criteriosa em termos de definição de prioridades e pouco prudente na realização dos investimentos, assumindo compromissos para além da capacidade financeira para os satisfazer atempadamente, colocaram Borba como um dos concelhos mais endividados e um dos concelhos com prazos médios de pagamento mais dilatados a nível nacional.-----

O Município de Borba passa hoje por grandes dificuldades financeiras e o futuro não se vislumbra nada sorridente, a juntar á má gestão que levou á rutura financeira do município junta-se uma crise económica que veio para ficar e agora também um governo apostado em destruir o Poder Local Democrático, criando dificuldades em cima de dificuldades procurando retirar toda a autonomia existente e criando todo o tipo de constrangimentos ao seu regular e normal funcionamento.-----

Os documentos de prestação de contas são a confirmação de tudo o que vínhamos dizendo há vários anos, a falta de sustentabilidade dos investimentos feitos, a corrida desenfreada a obras candidatas sem garantir o respetivo financiamento nem a contrapartida municipal, o aceitar de todo o tipo de acordos e protocolos com o poder central sem as respetivas contrapartidas financeiras arrastaram o município para uma situação financeira muito debilitada.-----

Esta situação financeira, pelos encargos assumidos, não permite hoje desenvolver nem concretizar novos projetos e alguns deles de grande



necessidade para o concelho, por outro lado não tem permitido colocar em funcionamento nem dinamizar os equipamentos existentes.-----

Pela mesma razão deixaram de ser realizados alguns eventos e foram reduzidos os apoios ao movimento associativo bem como os apoios às freguesias.-----

Mas mesmo reduzindo a atividade, reduzindo os apoios, aumentando as taxas e aplicando novos impostos a atual maioria não tem encontrado soluções para os problemas criados uma vez que a situação de endividamento teima em manter-se e como iremos demonstrar na análise dos números a redução da dívida, apesar do Sr. Presidente dizer que muito tem feito para isso, continua a ser pouco expressiva.-----

O orçamento inicial apresentado para o ano de 2011 foi de 15900 000€ vindo depois a ser corrigido, para atingir melhores taxas de execução, para um total de 14 132 339,84€.-----

Deste valor a receita atingiu uma execução de 57,9% ou seja dos 14 132 339,84€ previstos depois de corrigido o orçamento arrecadaram-se 8182916€, execução muito aquém do definido, revelando que só por colocar os números nos orçamentos o dinheiro não aparece.-----

A despesa por seu lado apresenta uma execução de 53,50% com pagamentos efetuados no montante de 7 560 865,68€, por isso também bem longe dos valores previstos inicialmente.-----

O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução de 16,66%, ou seja dos 5 983 731,13€ previstos para investimento foram pagos 996 803,38€, o que revela bem a falta de atividade e dinamismo provocada pela falta de recursos.-----

As Grandes Opções do Plano apresentam uma execução de 29,06% ou seja de uma previsão de 8 214 171,60€ foram pagos 2 387 021,60€.-----

Apesar da situação de crise o Município de Borba no ano de 2011 apresenta um crescimento na receita corrente de 7,05% relativamente ao ano de 2010, devido ao crescimento das receitas provenientes da cobrança dos "Impostos Diretos", "Taxas, Multas e Outras Penalidades" e "Transferências Correntes".



As receitas de capital também cresceram 8,17% relativamente ao ano de 2010. Assim não parece que a crise económica tenha tido grande influência uma vez que a receita total do município até cresceu mais de 600 mil euros relativamente ao ano de 2010, 7,34%.-----

Estranho é que quando se faz um esforço, dito pelo Sr. Presidente, no caminho da contenção da despesa, a despesa corrente cresça em vez de diminuir.-----

Em 2011 a despesa corrente cresceu 2,88%, mais cerca de 200 mil euros que em 2010, sendo que só o capítulo de aquisição de bens e serviços teve uma despesa maior de quase 350 000€.-----

A despesa de capital diminuiu 16,72% ou seja foram pagos durante o ano de 2011 – 1906 989,61€ por despesa de capital dos quais 910 186,23€ de passivos financeiros.-----

A dívida em instituições de crédito diminuiu cerca de 700 mil euros situando-se em 6475508,09€ enquanto a dívida a terceiros cresceu cerca de 410 mil euros situando-se agora em 7137898,85€.-----

A autonomia financeira do município apresenta uma ligeira melhoria mas continua a ser uma preocupação e a recomendar grande prudência no assumir de compromissos financeiros futuros.-----

O fundo de maneiço apresenta uma melhoria se bem que não pode ser tida em conta uma vez que resulta do saldo da conta do URB-AL III e por isso consignado.-----

O prazo médio de pagamentos continua a aumentar e apresenta-se agora com 846 dias enquanto em 2010 era de 751 dias, quase mais 100 dias.-----

Relativamente á divida total durante o ano de 2011 diminuiu cerca de 290 mil euros o que é bastante pouco face às necessidades de equilibrar as finanças do município.-----

Por não concordar com as opções que foram e vêm sendo tomadas voto contra os documentos apresentados.-----

Protesto pelo não envio do parecer da revisora oficial de contas e da documentação da revisão.-----



*O Senhor vereador Humberto Ratado apresentou também a seguinte declaração de voto:* “Quando se fala das contas de gerência de 2011, não deveremos dissociar das políticas desenvolvidas em anos anteriores, assim como, dos diferentes documentos previsionais que têm pautado o funcionamento do Município. Assim, com coragem e determinação o Partido Socialista, enquanto força majoritária nos destinos da autarquia, soube em vários anos aplicar orçamentos que visaram uma política de desenvolvimento nas áreas da Saúde, Educação, desporto, planeamento, cultura, ambiente e lazer, acessibilidades, entre outras, sendo suficiente, olharmos à nossa volta e constatar todo o investimento e esforço conseguido, sempre em benefício da gente da nossa terra. Outra importante e notável medida, é o que está a acontecer com a modernização administrativa que se tem implementado neste Município, percebe-se que ainda existe muito trabalho nesta e outras matérias, mas assistimos a um caminhar muito importante para as presentes e futuras gerações. Naturalmente, sempre demonstrámos consciência nas nossas opções, assim como, desenvolvemos sempre uma política de maximização dos recursos e minimização de custos. As contas de 2011, são hoje reveladoras de responsabilidade para com os nossos compromissos. Veja-se o comportamento claramente de ascensão positiva nos indicadores de gestão, no resultado líquido e no cumprimento da redução do endividamento líquido que se situou nos 24,46%, quando poderia situar-se nos 10%. Estes resultados são inequivocamente fruto de forte empenho e determinação, que demonstram capacidade de tomada de decisão no sentido do investimento, visando a melhoria das condições de vida e igualdade de oportunidades para toda a população, assim como, no sentido da prudência e equilíbrio financeiro do Município. Mais um ano, apesar de todas as adversidades que é de todos conhecida, nomeadamente, os sucessivos cortes que temos sido alvo pela administração central que afeta amplamente a atividade municipal, é com algum orgulho que apresentamos equilíbrio orçamental entre as Receitas e Despesas e uma taxa de execução, em mais um ano, acima dos 50%. Será também de salientar que foi em 2011 o ano em que toda a previsão de dívida



para com a ADSE, que remonta na grande maioria a antes de 2002 e também uma reposição de verbas à CCDRA em sequência de despesa relacionada com a festa da vinha e do vinho de 2000, foram reconhecidas como dívida do Município, mas ainda assim, obtemos os resultados aqui demonstrados e atrás mencionados. Por último, refletir a qualidade dos documentos de prestação de contas, que ano após ano, apresenta de forma clara e transparente uma informação cada vez mais pormenorizada e sempre realista, que permite como é desejável, um acompanhamento acessível por todos os órgãos e interessados, sobre a matéria em causa. Por tudo isto o meu voto é favorável".-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento nº.1.-----

### **PONTO 1.2 – PROPOSTA DE 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL (1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL)-----**

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal) apresentada pelo Chefe de Divisão.-----

Assim, e tendo em conta a alínea c) do nº.2 do artº.64º da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente propôs que a Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal) seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa



Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva, por considerar que tem havido cuidado na elaboração destes documentos sem aumentar o valor do orçamento.-----  
Ficará cópia do referido documento arquivada em pasta anexa como documento n.º.2.-----

### **PONTO 1.3 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA CONSTRUÇÃO DA ETAR DE RIO DE MOINHOS**-----

Presente informação da consultora jurídica da Câmara Municipal que se transcreve: “Águas do Centro Alentejo vem pedir que a Assembleia Municipal de Borba declare o interesse público municipal da construção da ETAR de Rio de Moinhos.-----

Este pedido deriva do facto de a construção da ETAR estar prevista para uma parcela de terreno de zona classificada como REN.-----

Ora, em regra, são interditas ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em obras de escavação, aterros e destruição do revestimento vegetal – cfr – art.º.20º do Regime Jurídico da REN, aprovado pelo Dec-Lei n.º.166/2008, de 22 de Agosto.-----

Porém, de acordo com o respetivo art.º.21º “nas áreas REN podem ser realizadas as ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto dos membros do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN.-----

Ora, o que as Águas do Centro Alentejo pretendem é instruir o seu pedido de reconhecimento de construção da ETAR de Rio de Moinhos, a fazer ao Governo, com uma declaração/reconhecimento dos órgãos autárquicos sobre o interesse público municipal da construção daquela ETAR em zona REN.-----

A competência da Assembleia Municipal deriva da norma da alínea b) do n.º.3 do art.º.53º da Lei n.º.169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º.5-A/2001,



de 11 de janeiro.-----

Para que a Assembleia Municipal possa deliberar, necessário se torna que a Câmara Municipal de Borba delibere propor àquele órgão tal deliberação, conforme dispõe o nº.3 do referido artigo 53º.-----

É relevante para a deliberação da Câmara Municipal de Borba no que respeita ao interesse público da construção da ETAR naquele concreto lugar, integrado na REN, o facto de o PDM em vigor prever a construção da ETAR em causa em área classificada como REN.-----

**Faxe ao exposto, e de acordo com a referida informação jurídica, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar propor à Assembleia Municipal que declare o interesse público municipal de construção da ETAR de Rio de Moinhos em parcela localizada na REN (artº.13-B de Rio de Moinhos).-----**

**Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----**

-----  
Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

## **-----ENCERRAMENTO-----**

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas e quinze minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por vinte e uma páginas que por ele vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica que a redigi.-----